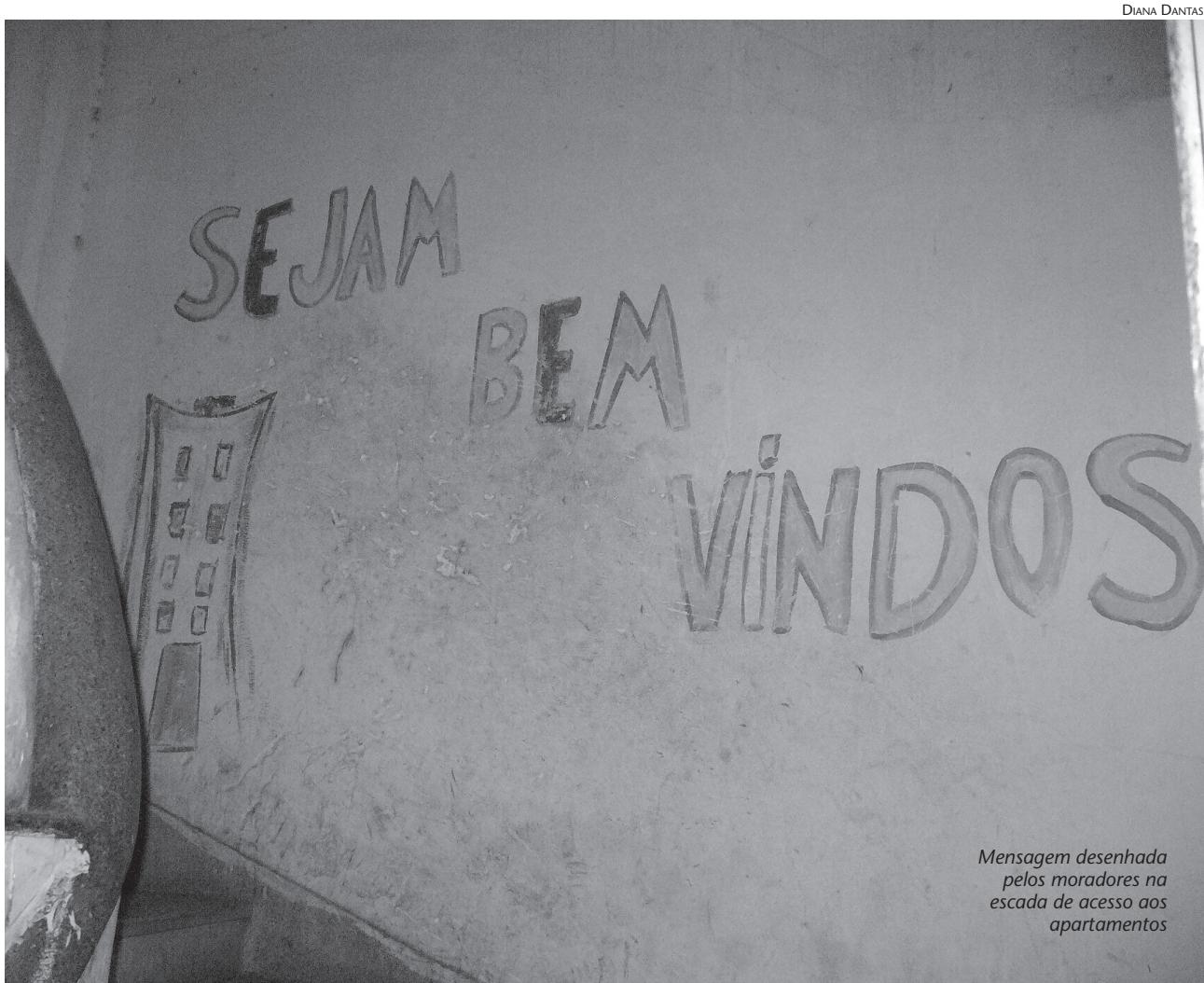


Direito à moradia

Famílias ocupam prédios abandonados para sobreviver

DIANA DANTAS, ELZA ALBUQUERQUE, PATRÍCIA STREIT E RENATA SOUZA

Apartamento 304. O chão de taco, a cortina de lua e estrelas e pôsteres de Marisa Monte e Chico Buarque compõem a decoração do lugar. A trilha sonora é do antigo aparelho de som, uma música da cantora que aparece pendurada na parede. O cheiro é de café fresquinho, que a dona da casa, preocupada em ser o mais hospitalar possível, fez para suas visitas: justamente nossa equipe de reportagem.



Mensagem desenhada pelos moradores na escada de acesso aos apartamentos

Nada parece destoar do cotidiano da casa de uma jovem recém-formada em Assistência Social como Andréia Mendes. A única diferença é que o apartamento 304 fica em um antigo edifício do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, ocupado pelos sem-teto – como a própria Andréia – desde 2004.

Esta é a realidade dos aproximadamente 30 milhões de brasileiros que vivem em moradias precárias. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 6,6 milhões de famílias não têm onde morar, enquanto um terço dos domicílios não tem acesso à rede de esgotos.

O cenário de descaso com os sem-teto aumenta todos os dias. É difícil alguém passar um dia que seja sem ver uma família sentada na calçada pedindo ajuda. Muita gente se acostuma ou simplesmente ignora. Apesar de ser um problema crônico dos grandes centros urbanos brasileiros, as autoridades ainda fecham os olhos para a questão. Para se ter uma idéia, a ouvidora da Secretaria Municipal de Habitação, Hemisa Fonseca, foi procurada para falar sobre o tema, mas alegou que este não era um assunto da alçada da secretaria, que apenas tratava da favelização. Além disso, as parcias estatísticas que abordam este ponto não ajudam muito na compreensão do caso.

“Não existem dados precisos sobre as ocupações no Rio de Janeiro e isso se estende a todo o Brasil. Nossa país não é bom em estatísticas sociais. Os últimos levantamentos mais detalhados sobre o déficit habitacional datam de 2001. Saber o número de ocupações e o número de famílias envolvidas sem uma pesquisa abrangente e atualizada não é possível, seria especulação. Um levantamento preciso sobre as ocupações é uma tarefa que temos que assumir”, afirma Marcelo Edmundo, membro da Central dos Movimentos Populares (CMP) e um dos idealizadores da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Existem ocupações urbanas de imóveis públicos ou privados por todo o Rio de Janeiro. Essa é a realidade de muitos trabalhadores que movimentam a cidade. Eles estão presentes no comércio informal, como ambulantes, nos prédios, como porteiros e faxineiros, nas esquinas e supermercados. No entanto, a população brasileira sabe muito pouco sobre o que realmente acontece com essas pessoas.

“Ocupar, resistir e lutar para não sair”

Foram com estas palavras de ordem que cerca de 50 famílias sem-teto ocuparam o prédio do Incra, número 110 da Rua Barão de São Félix, próximo

EZA ALBUQUERQUE



Fachada da Ocupação Chiquinha Gonzaga

“Esses prédios acabam servindo apenas para serem vendidos um dia, para o mercado imobiliário demolir ou construir outra coisa”

Guilherme Marques

à Central do Brasil, no Rio de Janeiro. A ocupação ocorreu na noite do dia 23 de julho de 2004.

Sigilo, companheirismo, organização, pensamento coletivo. Esses são alguns dos conceitos essenciais para este grupo de sem-teto. A Ocupação Chiquinha Gonzaga foi resultado de muitas reuniões, suor e disposição. Não há um líder. O que existe é a luta de todos pelo bem comum.

Esse princípio foi a base para que este grupo conseguisse alcançar seu objetivo na noite da ocupação. O sigilo é necessário para que não haja conflitos com as autoridades. Eles só ficam sabendo do dia exato da ocupação em cima da hora.

Para muitos, estar na ocupação é uma realização pessoal sem precedentes. Quitéria Edilta Soares, cearense, moradora da Chiquinha Gonzaga com o marido Raimundo Nonato Soares e os dois filhos, sonhava em morar no Rio de Janeiro. Antes de irem para a ocupação, eles moraram no morro Tavares de Macedo e viviam de aluguel. "Hoje sou muito feliz. Trabalho no Instituto Benjamim Constant e meu marido é trabalhador autônomo. Tentamos participar sempre das reuniões e dos mutirões. Sempre nos preocupamos com o coletivo. Acho que todo mundo deveria agradecer o que tem aqui" – diz Quitéria.

O artigo 5º, inciso XXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que "a propriedade atenderá a sua função social". O artigo 6º é ainda mais abrangente: "são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição". Foi com base na lei e nos direitos de cada brasileiro que os ocupantes do edifício do Incra argumentaram com a polícia naquela noite de julho. Além das garantias previstas pela Constituição, no final de 2006 o presidente Luís Inácio Lula da Silva renovou uma Medida Provisória que prevê o acesso dos moradores de rua aos prédios da União. "Estamos fazendo uma coisa que o próprio Lula definiu quando entrou no governo. Ele falou que transformaria os prédios ociosos em moradia popular. Só estamos adiantando o processo", explica Andréia Mendes.

O dia a dia de uma ocupação

O perfil de quem mora na Chiquinha Gonzaga não é formado por moradores de rua. Os organizadores da ocupação até tentaram chamar alguns, mas não tiveram sucesso. Eles resistem, não confiam em mais uma promessa de moradia. A maior parte do gru-



po é de pessoas sem condições de pagar aluguel, que moravam de favor ou em abrigos. São trabalhadores formais, informais, desempregados, estudantes e até profissionais graduados. Todos possuem alguma fonte de renda.

A união entre os ocupantes aconteceu desde o início, quando o prédio não tinha pias, vasos sanitários, água ou luz. Mas tinha sujeira, encanamento entupido, entulhos e muito trabalho a ser feito. Foi preciso tornar habitável o edifício ocupado. Vassouras, balde, produtos de limpeza e colchonetes fizeram parte do material pedido para que os novos morado-



“Acho que todo mundo deveria agradecer o que tem aqui”

Quitéria Edilta Soares

Central do Brasil
área da Ocupação
Chiquinha Gonzaga

res arrumassem o futuro lar. “Por sorte, a estrutura do prédio permitia que fosse feito um banheiro em cada apartamento, porque ele tinha sido projetado para ser um hotel. Mas o dono o perdeu para o governo”, conta Andréia.

Antes da ocupação foi estabelecido um regimen-to interno para organizar o grupo, um conjunto de leis de convivência. Entre elas, a colaboração de cada morador com o coletivo nas obras e melhorias do prédio. Hoje, as reuniões dos moradores são realizadas quinzenalmente. Nos primeiros meses, no

entanto, elas aconteciam até 14 vezes por semana. A grande freqüência era necessária para planejar o futuro da ocupação.

“No início a gente teve problemas com bebidas e drogas. Para a sociedade, quem faz a ocupação já está errado perante a lei da propriedade. Então nós tomamos a decisão de proibir essas coisas por aqui. Tínhamos que ficar atentos a todas as coisas que pudessem prejudicar a gente”, justifica Andréia.

Em determinada situação, os moradores da Chiquinha Gonzaga se viram obrigados a pedir para que um de seus companheiros saísse da ocupação por violar as regras de convivência. Além de ter agredido um colega, ele não permitia que os filhos freqüentassem a escola, obrigando as crianças a pedir dinheiro na rua. O coletivo acionou o Conselho Tutelar, mas como o morador não estava em casa nada podia ser feito.

Apesar dos problemas, os ocupantes do prédio recebem muita ajuda de movimentos populares, de voluntários e estudantes universitários. Alguns alunos da UFRJ, agora já formados em Arquitetura, fizeram um projeto de reforma total do prédio sem cobrar nada. O que falta agora são recursos para a compra do material.

“Pretendemos ainda ter alguns cursos de formação, como informática, pré-vestibular e curso de alfabetização de adultos – que já começamos, paramos e queremos voltar. O problema é o espaço para as salas de aula. Pretendemos também fazer uma creche. São projetos que queremos realizar, mas dependemos de tempo, de organização, de boa vontade e de verba”, diz Andréia.

O retrato da moradia no Brasil

No Brasil, há cerca de 500 mil unidades habitacionais em potencial em prédios abandonados, além dos galpões industriais, de acordo com o Observatório Permanente de Conflitos Urbanos. O déficit habitacional no país é atualmente calculado entre 7 e 8 milhões de unidades habitacionais. Considera-se déficit habitacional a soma das famílias que não têm onde morar com as que não podem pagar por uma habitação, além das que vivem em locais sem condições mínimas de moradia e aquelas que dividem espaços pequenos demais para muita gente. Outro dado do Observatório é que 85% dessas famílias possuem renda domiciliar abaixo de três salários mínimos.

Um dos motivos da desigualdade é o que move o processo das ocupações. Prédios públicos abandonados dificilmente serão usados pelos governos. É comum que estejam destruídos, com grandes dívidas

de IPTU, energia, gás e outras. "Esses prédios acabam servindo apenas para serem vendidos ou demolidos um dia. Existem também ocupações em prédios particulares abandonados. São empreiteiras que não terminaram suas construções, prédios que acumulavam dívidas e que foram largados, de empresas que faliram. Esses prédios acabam servindo à especulação imobiliária. Muitos deles têm dívidas tão grandes que se a Prefeitura fosse desapropriar acabaria arcando com custos maiores do que o valor dos prédios. Seria preciso que esses prédios fossem desapropriados e os antigos donos ficassem com as dívidas", afirma Guilherme Marques, membro do Observatório Permanente de Conflitos Urbanos.

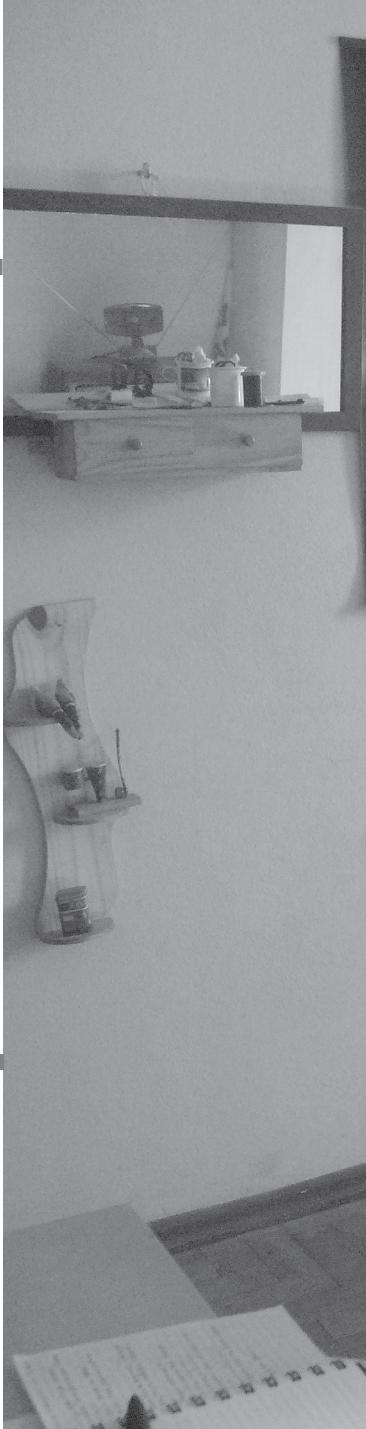
Legalização: soluções

Regularizar a situação da ocupação é um dos principais objetivos dos moradores da Chiquinha Gonzaga, e muitos deles já entraram em contato com as empresas que fornecem energia elétrica e água, mas esbarraram em uma questão: o abastecimento está em nome do Incra. "A gente está querendo pagar direitinho as nossas contas, mas a Justiça ainda não determinou se a gente pode ligar a luz com o nosso nome. A água não precisou desse processo todo. A gente teve que criar uma associação para ter o CNPJ. Agora vem uma conta única de água e a gente rateia entre os moradores", esclarece Andréia.

Do ponto de vista jurídico, a situação da ocupação ainda não está resolvida. O Incra entrou com uma ação de reintegração de posse e o juiz atendeu ao pedido. No entanto, segundo Maria Lúcia Pontes, defensora pública que acompanhou a formulação da defesa da Ocupação, o processo está parado por inércia do Incra, mas não há uma desistência formal. "Nossa batalha agora é para a extinção do processo e a obtenção da cessão de uso, para que possamos incluir a Chiquinha Gonzaga em algum programa público de reforma", diz Marcelo Edmundo, da CMP.

De acordo com o pesquisador Guilherme Marques, a melhor saída para as ocupações é conseguir aprovar no Plano Diretor da Cidade que áreas ocupadas, tais como favelas e prédios, sejam consideradas áreas de Especial Interesse Social. "Área de Especial Interesse Social é um instrumento de política urbana, pouco usado, que possibilita a desapropriação. Desse modo, promove a legalização das moradias nessas áreas. Uma segunda questão importante seria garantir o direito da posse dessas unidades habitacionais por 100 anos. O direito de posse, e não de propriedade, garante que essas moradias não sejam objeto de comércio, de especulação imobiliária nem

DIANA DANTAS



*"O tema das
ocupações
coletivas não pode
ser tratado pela
imprensa nacional
e pelo poder
judiciário como
mais uma briga
entre particulares"*

Maria Lúcia Pontes

Andréia
Mendes em seu
apartamento

do interesse de aproveitadores", explica.

Maria Lúcia lembra que o direito à moradia é protegido por acordos internacionais, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos ratificados pelo Brasil, em 1992: "Isso



Uma breve história da Andréia

Antes de morar na ocupação Chiquinha Gonzaga, Andréia Mendes enfrentou muitos obstáculos para levar sua vida. Moradora de Guaratiba, ela encarava uma longa maratona para conseguir estudar. A 60 km do Centro do Rio, o bairro é tranquilo, mas pouco desenvolvido e distante das principais universidades públicas da cidade, onde Andréia queria estudar.

Quando começou o curso na UERJ, ela perdia cerca de quatro horas por dia dentro de um ônibus. A possibilidade de morar mais perto do Centro surgiu quando ela foi convidada pela irmã para ocupar um prédio abandonado pelo Incra. Esta não seria sua primeira incursão em um movimento social. Andréia sempre teve contato com essa realidade, uma vez que seu pai sempre fez parte desse tipo de movimento. Sua família participava da Associação de Moradores de Guaratiba, que promoveu várias melhorias na comunidade.

Morar mais perto da faculdade e, mais tarde, de seu local de trabalho, permitiu que Andréia concluisse a graduação com mais tranquilidade. Hoje ela é assistente social e continua engajada na luta por um mundo mais justo. Desse modo, participa do Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida do Trabalhador, indiretamente do sindicato dos servidores da UERJ e do movimento dos sem-teto, que inclui a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Ela é uma das partes que constitui o coletivo deste Brasil marginalizado.

significa que o tema das ocupações coletivas não pode ser tratado pela imprensa nacional e pelo poder judiciário como mais uma briga entre particulares, individualizados, ou um simples litígio envolvendo propriedade e posse. O Estado brasileiro assumiu o compromisso de reduzir as desigualdades entre ricos

e pobres em sua Carta Maior, art.3º, incisos I e II da CR/88, e perante a comunidade internacional, por isso deve tomar atitudes concretas para resolver o problema da moradia". Ela acredita que desse modo as pessoas não recorreriam à ocupação como única saída para ter onde morar.

